

FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ (FAACZ)
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LORENA GABRIEL GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS
ORGANIZAÇÕES**

Aracruz - ES

2017

LORENA GABRIEL GOMES

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES

Projeto de Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, da Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ) como requisito parcial para aprovação na disciplina de Ciências Contábeis. Orientador: MS. Alex Sandro Ferreira Bernardes.

Aracruz - ES

2017

FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ (FAACZ)
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Autorização: Decreto nº. 97.770 de 22/05/1989

Reconhecimento: Portaria nº. 207 de 07/02/1994

Renovado o Reconhecimento pela Portaria nº 110, de 25/06/2012 (publicado em 28/06/2012).

LORENA GABRIEL GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS
ORGANIZAÇÕES**

PROJETO DE MONOGRAFIA APRESENTADO COMO REQUISITO PARCIAL
PARA APROVAÇÃO NA DISCIPLINA DE PESQUISA CIENTÍFICA DO CURSO
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Aprovada em ___ de.....de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA

(Professor Examinador)

Professor Examinador

Aracruz - ES

2017

RESUMO

O progresso das empresas, a evolução da tecnologia e o mercado cada vez mais amplo e competitivo induzem as organizações a se atentarem mais com a conservação do meio ambiente. A série de problemas do trabalho é referente com as colaborações que a Contabilidade Ambiental proporciona, possibilitando às empresas a probabilidade de um progresso sustentável. A finalidade do trabalho é comprovar a relevância da Contabilidade Ambiental nas empresas. A metodologia usada na preparação desse trabalho se deu com base nas análises bibliográficas e buscas a sites de internet, relacionadas à Contabilidade Ambiental e o meio ambiente. A finalização do trabalho exibido mostrou que uma boa utilização da Contabilidade Ambiental é de essencial valor para as empresas, porque além de estimular o interesse para o conteúdo ambiental oferecem da mesma forma valiosas possibilidades através da conquista de benefícios competitivos no mercado gradativamente mais disputado.

Palavras-chaves: Contabilidade, Gestão Ambiental, Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

The progress of enterprises, the evolution of technology, and the ever-expanding and competitive market are driving organizations to focus more on environmental conservation. The series of work problems is related to the collaborations that Environmental Accounting provides, making it possible for companies to achieve sustainable progress. The purpose of the article is to prove the relevance of Environmental Accounting in companies. The methodology used in the preparation of this work was based on the bibliographic analyzes and searches for internet sites related to Environmental Accounting and the environment. The conclusion of the article presented showed that a good use of Environmental Accounting is of essential value for companies, because in addition to stimulating the interest for the environmental content offer similarly valuable possibilities through the achievement of competitive benefits in the market gradually more disputed.

Key-words: Accounting, Environmental Management, Environmental Accounting.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	7
1.2 OBJETIVOS.....	8
1.2.1 Objetivos Gerais	8
1.2.2 Objetivos Específicos	8
1.3 JUSTIFICATIVA.....	8
1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	9
1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	10
2. PROPÓSITOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL	11
2.1 ATIVO AMBIENTAL.....	12
2.2 PASSIVO AMBIENTAL.....	13
2.3 CLASSIFICAÇÃO.....	13
2.3.1 Contabilidade Nacional	14
2.3.2 Contabilidade Financeira	14
2.3.3 Contabilidade Gerencial	15
3 METODOLOGIA	16
3.1 DESENHO DA PESQUISA.....	16
3.2 INSTRUMENTOS.....	17
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	17
4 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA CONTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE	18
4.1 HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA.....	19
4.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL.....	21
4.3 GESTÃO AMBIENTAL.....	22
4.4 SISTEMA DA GESTÃO AMBIENTAL (SGA).....	24
4.5 CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS.....	25
5 BENEFÍCIOS GERADOS PELA CONTABILIDADE AMBIENTAL PARA AS ORGANIZAÇÕES	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O assunto “meio ambiente”, conhecido a sua relevância para a sustentabilidade das empresas, começou rescentemente a ter evidência individual na política de gestão interna nas organizações. Considerando-se a permanente apreensão da sociedade com o assunto, as organizações racionais começaram a dedicar-se ao campo ambiental com o mesmo cuidado que os demais campos, a entender: finanças, recursos humanos, negócios, fabricação e etc.

Desde os primórdios, o homem fundamentou o desenvolvimento econômico e tecnológico na ideia da maximização de lucros. Nas últimas décadas, a pressão exercida pela sociedade, sobre as empresas que não respeitam o meio ambiente, vem sendo incorporada na tomada de decisões estratégicas empresariais em todo o mundo.

Do mesmo modo que os trabalhos dos mencionados campos organizacionais, os abalos ambientais ocasionados pelas ações produtivas das empresas, igualmente podem ser ajuizados. Desse modo passando a assimilar efetivamente o sistema de contabilidade da empresa. Logo, passa a existir a Contabilidade Ambiental.

O desenvolvimento da economia, cada vez mais preenchida, fazendo com que o meio ambiente seja abalado de modo drástico. Faz-se essencial, portanto, a presença de ciências que se atentem com a conservação do meio ambiente. A Contabilidade Ambiental é uma destas ciências, que procura implantar nas organizações um modo de consentir que seus trabalhos permaneçam sendo realizados, sem afetar o meio ambiente.

Defender o meio ambiente deixou de ser apenas assunto de ecologistas sob a tica empresarial, entende-se que se a empresa inviabiliza o seu meio, acaba por inviabilizar a sua própria atividade.

O valor ambiental e sua inserção em métodos de contabilização passam pelo desafio de precificar o que não faz parte do processo de compra e venda dos

indivíduos. Não se compra ar puro, biodiversidade, qualidade da água; mas a sociedade extrai, processa e consome os recursos naturais, interligando a economia e o meio ambiente.

Ao admitirmos a existência de uma relação de patrimônio com o meio ambiente, ou a natureza, podemos evidenciar estas relações por meio de um Balanço de Contas ou mais especificamente por meio de um Balanço Ambiental. A gestão ambiental cria oportunidades à empresa de adicionar valor e obter vantagem competitiva mediante o reconhecimento público, economia de custos ou ganhos adicionais, enquanto alivia o impacto do seu processo produtivo no ambiente.

Esta atividade objetiva contribuir a fim de que tenha o interesse no uso da Contabilidade Ambiental nas organizações. Revelando que a manifestação contábil ambiental é fonte de conhecimentos valiosos para as empresas atentadas com seu patrimônio, com o seguimento de seus negócios e principalmente com a conservação dos recursos naturais, tão essenciais ao sustento das empresas e todo o planeta.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Do modo que todas as dificuldades ambientais ocasionaram grandes agravos irreversíveis que atingiram e atingem nesse momento todos os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, surge, portanto como indispensabilidade necessária incluir nos nossos meios econômicos a Contabilidade Ambiental, porque as organizações, ainda há uns anos atrás, atentavam-se somente com a eficácia dos meios produtivos.

Entramos na “era da revolução ambiental”, deste modo o ambiente não apenas surge como um aglomerado de dificuldades relativas ao controle da contaminação, que corresponde um custo no progresso econômico.

Assim o contador necessita de um conhecimento que se expanda mais adiante das barreiras das técnicas e dos métodos. É preciso adicionar o registro contábil do meio ambiente dado à agilidade de sua contaminação e a influência

do mundo moderno no uso e na distribuição dos recursos naturais, deve ser classificado como uma das teorias contábeis, no qual é uma dificuldade para a contabilidade, uma vez que a própria deve ser apontada como uma ciência contábil integrada em razão de que unido à ciência ecológica e diferentes ciências são encarregados pela natureza na qual precisam ser utilizados fatores de proteção ambiental, evidenciando que os recursos naturais formam nosso principal capital.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivos Gerais

O conhecimento exposto procurou avaliar e demonstrar determinadas vantagens que a contabilidade ambiental é capaz de possibilitar às empresas. Com o propósito de estimular a apreensão e a noção da relevância em se aplicar recursos na fundação da contabilidade ambiental, proporcionando a administração de técnicas empresariais ecologicamente certas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar os conceitos e características da contabilidade e meio ambiente.
- Apresentar a importância da contabilidade ambiental nas organizações.

1.3 JUSTIFICATIVA

São bastante debatidas em diversos âmbitos sociais e empresariais a contabilidade e a gestão ambiental, já que é cada vez maior a preocupação em preservar o meio ambiente. Pensar em proteger o meio ambiente não é mais uma postura ou uma alternativa, é obrigação (MARTINS E DE LUCCA, 1994).

Conforme Martins e Ribeiro expõe:

“Cabe a todas as áreas científicas e profissionais atuar na preservação e proteção ambiental. A área contábil pode e deve empenhar-se para que seus instrumentos de informação melhor reflitam o real valor do patrimônio da empresa, inclusive sobre o aspecto ambiental, dado que grande parte das alternativas que se tem apresentado para o seu controle e preservação são mensuráveis, portanto, passíveis de contabilização e informação à sociedade” (MARTINS E RIBEIRO, 1995, p. 38).

Com isso, pode a contabilidade, através de sua manifestação, balanços e notas explicativas, ser usada como um instrumento imprescindível para a gestão de uma entidade.

Justifica-se o presente tema no intuito de demonstrar aos leitores, o quanto é relevante para as empresas possuir um profissional da contabilidade capacitado na área ambiental, tendo em vista, o grande número de detalhes burocráticos para a preservação da natureza e a responsabilidade civil das pessoas jurídicas e físicas em relação ao meio ambiente (MARTINS E DE LUCCA, 1994).

Uma empresa, possuir um destaque e uma boa administração na área ambiental qualifica e dignifica a empresa, e a deixa um passo à frente daquelas que ainda tentam se adequar as responsabilidades ambientais para competir no mercado (ZANLUCA, 2017).

Deste modo, o contador precisa participar de forma ativa das pesquisas sobre como das informações aos acontecimentos realizados pelas organizações que podem prejudicar o meio ambiente e cuidar da medida destes episódios.

1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O conteúdo ambiental vem chamando a atenção dos administradores de empresas de todo o mundo, estes, cada vez mais racionais de suas funções para a estabilidade do meio ambiente. Nasce, assim, para contribuir com os empenhos de conservar os recursos naturais, a Contabilidade Ambiental, instrumento de administração interna nas organizações. Na qual, está age de modo a comprovar os custos e gastos, possibilitando ao grau planejado da empresa contribuições para a hora de tomar a decisão.

Além de ser um mecanismo habilitado para amparar a organização a conservar o meio ambiente, efetuar a legislação, desviar-se de danos e desenvolver-se economicamente, a Contabilidade Ambiental colabora no sentido de distinguir possibilidades planejadas, conquistar benefícios competitivos.

A série de problemas do trabalho está associada com as colaborações que a Contabilidade Ambiental disponibiliza, permitindo às empresas a possibilidade de um progresso sustentável.

Assim, o problema desta pesquisa visa responder o seguinte: **Qual a importância da contabilidade ambiental nas organizações?**

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Será dividido em quatro partes o presente estudo, a primeira introdução, segundo referencial teórico, desenvolvimento dos capítulos e por último as considerações finais.

Na introdução será subdividido em: contextualização, objetivos, justificativa, formulação do problema e organização do estudo. O desenvolvimento é dividido em: Introdução, Referencial teórico, 2 capítulos e metodologia.

Os capítulos serão explicados assim:

III – Concepção e caracterização da contabilidade ambiental;

IV – Benefícios gerados pela contabilidade ambiental para as organizações;

Assim, a consideração final vai mostrar o problema de pesquisa apresentando a importância que a contabilidade ambiental possui nas organizações.

2 PROPÓSITOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

O objetivo do trabalho é conceituar contabilidade ambiental como análise do patrimônio ambiental como os bens, direitos e obrigações ambientais, que apresenta os conhecimentos sobre os eventos ambientais que trazem transformações nas organizações (ZANLUCA, 2017).

Os objetivos essenciais da Contabilidade dizem respeito à orientação da administração das empresas no exercício de suas funções. Sendo assim, a Contabilidade é o domínio e o projeto de todo instituto sócio econômica (ZANLUCA, 2017).

A contabilidade ambiental é a contabilidade das vantagens e prejuízos que a evolução de um produto pode provocar no meio ambiente. É um conjunto de atos pensados visando o progresso de um projeto, levando em conta a preservação do meio ambiente (KRAEMER, 2017).

A contabilidade ambiental pode desta maneira, amparar os gestores na proporção em que é usada para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, por meio do uso dos relatórios contábeis no qual têm que ser apresentados de maneira fidedigna e transparente os fatos com o controle ambiental (ZANLUCA, 2017).

Na atualidade, as precauções em relação ao meio ambiente são partes integrantes das preocupações dos gestores, assim sendo a contabilidade inclina-se para uma mudança competitiva, no qual assume e integra questões econômicas operacionais e ambientais (KRAEMER, 2017).

O propósito principal da contabilidade ambiental é o de gerar condições para cada grupo de usuários, sejam eles internos ou externos à organização, além de tornar viável fazer previsões no que se relaciona ao comportamento futuro da mesma, tendo-se em conta os resultados trazidos ao meio ambiente por essa entidade (KRAEMER, 2017).

A contabilidade ambiental, com base na própria definição de contabilidade, é o registro do patrimônio ambiental de uma organização. A Contabilidade Ambiental, diversamente da Contabilidade Financeira, na qual as empresas possuem a obrigação de ter seus demonstrativos contábeis apresentados, nem seja só para fins fiscais, não é necessário para as empresas e somente existirá se as empresas objetivarem revelar para a sociedade que possuem preocupações e compromissos com a conservação do meio ambiente.

2.1 ATIVO AMBIENTAL

Os ativos ambientais são considerados todos os bens e direitos propostos ou originários da atividade de gerenciamento ambiental, podendo permanecer na forma de capital circulante ou capital fixo. O ativo ambiental é uma solução controlada pela empresa que aparece de fatos passados onde são aguardados futuros andamentos de benefícios econômicos diretos e indiretos para a empresa.

De Luca expõe que:

“Ativos ambientais são todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental e devem ser segregados em linha à parte no balanço patrimonial, para permitir ao usuário melhor avaliação das ações ambientais da empresa” (DE LUCA, 1998, p. 163).

Assim, sabe-se que o capital circulante ou capital de giro é a soma aplicada para a prática da atividade econômica da empresa, estando composto pelas disponibilidades e pelos ativos executáveis a curto e longo prazo.

Na forma de imobilizados ou diferido todos os gastos precisam ser capitalizados, atendendo de fato aos critérios de reconhecimento como um ativo, para assimilação nos momentos em que conduz melhoramentos econômicos posteriores (BERGAMINI JÚNIOR, 1999).

Deste modo, para qualquer componente do ativo palpável que tenha a extinção de sua vida favorável rápida ou a direta diminuição de seu valor econômico, em situações de terrenos ou estoque, em desempenho de alterações do meio ambiente, precisaria ser composta, de forma segregada, uma conta de

provisão para armazenar sua desvalorização, evidenciando-se nas notas explicativas sua origem e natureza.

2.2 PASSIVO AMBIENTAL

O passivo ambiental pode ser conceituado como sendo todo comprometimento adquirido voluntária ou involuntariamente proposta a aplicação em ação de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, trazendo, desta forma como contrapeso um ativo ou custo ambiental.

O Ludícibus (2009, p.5) em sua opinião diz que “O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimento necessário para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”.

Para que o conceito de um passivo ambiental seja reconhecido deve-se consentir aos seguintes requisitos:

O primeiro deles é de que a entidade tem uma obrigação presente legal ou implícita como consequência de um evento passado, que é o uso do meio ambiente (água, solo, ar) ou a geração de resíduos tóxicos; O segundo requisito é o de que é (SIC) provável que, recursos sejam exigidos para se liquidar o passivo ambiental, ou seja, a chance de ocorrer a saída de recursos, o que depende de um ou mais eventos futuros, é maior do que a de não ocorrer; O terceiro requisito é o de que o montante do passivo ambiental envolvido possa ser estimado com segurança suficiente (KRAEMER, 2017, p. 16-17).

Assim, o passivo ambiental como qualquer passivo, fica dividido em capital de terceiros e capital próprio os quais estabelecem as origens de recursos da entidade. Capital de terceiros exigível, os Bancos, empréstimos de instituições financeiras para aquisições na gestão ambiental, os fornecedores na compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental e a Sociedade de indenização ambiental.

2.3 CLASSIFICAÇÃO

Especificação das formas de Contabilidade Ambiental de acordo com o quadro abaixo:

Tabela 1: Tipos de contabilidade Ambiental

Tipos de Contabilidade Ambiental	Enfoque	Dirigido a usuário
a) Contabilidade Nacional	Macroeconômico, Economia Nacional	Externo
b) Contabilidade Financeira	A empresa	Externo
c) Contabilidade Gerencial ou de Custos	A empresa, Departamentos, Linha de Produção, etc	Interno

Fonte: <http://es.inel.gov/partners/acctg/acctg.htm>

2.3.1 Contabilidade Nacional

É um plano macroeconômica. A expressão Contabilidade Ambiental está referida na Economia Nacional. Tendo como exemplo: a expressão Contabilidade Ambiental pode ser utilizada em unidades físicas ou monetárias segundo o consumo de Recursos Naturais da Nação, sejam eles renováveis ou não renováveis. Nessa circunstância, a Contabilidade Ambiental vem sendo chamada de "Contabilidade de Recursos Naturais" (SANTOS, 2017).

A gestão ambiental passa a ser vista como um tema planejado incluso nas organizações e isso tem sido um ponto essencial de concorrência. A Contabilidade do Meio Ambiente tem amadurecido na relevância para as empresas de modo geral, pois a disponibilidade e/ou desprovimento de poluição do meio ambiente e recursos naturais transformaram-se em causa da questão econômica, política e social no mundo (KRAEMER, 2017).

2.3.2 Contabilidade Financeira

Referente à preparação dos estados financeiros que estão baseados de acordo com os *Financial Accounting Standards Board (FASB)* y a *los Generally Accepted Accounting Principles (GAAP)*. A Contabilidade Ambiental, nesta circunstância, está faz referência à estimação e conhecimento das responsabilidades ambientais e os custos do ponto de vista financeiro (SANTOS, 2017).

A gestão ambiental proporcionará à empresa chances de acrescentar valor e, provavelmente, conseguir vantagem competitiva através da compreensão

pública, economia de gastos ou lucros adicionais, à medida que suaviza as consequências de seus produtos e métodos produtivos no ambiente (KRAEMER, 2017).

2.3.3 Contabilidade Gerencial

É uma ação de assimilação, união e apreciação de informação, especialmente para medidas internas. Está conduzida à administração dos custos, principalmente para determinar as decisões administrativas na área da produção. Sendo assim, podemos estabelecer a Contabilidade de Gestão Ambiental como o reconhecimento, estimação, a avaliação, o relatório interno, e a utilização dos materiais e do conhecimento do fluxo da energia, do conhecimento ambiental do gasto, e de diferentes informações dos gastos para definir a decisão convencional e ambiental no meio de uma organização (SANTOS, 2017).

Assim sendo, a empresa necessita analisar a sua evolução por meio de um exame ambiental focalizando nos gastos dispensáveis (custos exagerados de água e energia). Deste modo, o domínio de gastos pode ser utilizado como instrumento para precaver futuros abalos ambientais (SANTOS E ROCHA, 2017).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa consistirá em uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Fonseca:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica será feita a partir da escolha do tema, fase de identificação de trabalhos (livros, revistas, artigos, entre outros.) relacionados ao tema; localização e seleção destes materiais; fichamento; análise, interpretação do material e finalmente, a elaboração do trabalho.

Para concretizar estudos na área de contabilidade ou em qualquer outra área da informação é necessário determinar parâmetros que ajudem no desenvolvimento e estruturação da pesquisa (LAKATOS E MARCONI, 2000).

Foi dado início ao estudo propriamente dito, sendo dividido metodologicamente em capítulos para melhor abordagem e análise da temática a Contabilidade Ambiental e Meio Ambiente.

3.1 DESENHO DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica para a realização do trabalho será realizada um levantamento teórico por intermédio de pesquisas bibliográficas, que possibilitarão uma abordagem dos elementos necessários para confecção do trabalho.

3.2 INSTRUMENTOS

A pesquisa bibliográfica e/documental far-se-á com fechamentos, resenhas, resumos, esquematizações e outros.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados bibliográficos e documentais serão organizados e analisados por meio de procedimentos de pesquisa. Essas informações serão interpretadas à luz do debate teórico.

4 CONCEITOS E CARACTERÍSTICA DO MEIO AMBIENTE

O objetivo do presente capítulo é mostrar os conceitos e características da contabilidade e o meio ambiente, na consciência de seus sócios e gestores, e a sociedade de modo geral estão crescentemente mais conscientes de que tem que ter entre a empresa e a natureza uma relação harmônica e de que é necessário conviver com o meio ambiente sem precisar abalá-lo negativamente.

Proteger o meio ambiente deixou de ser somente uma questão de ecologistas e começou a ter muita influência nos procedimentos empresariais. Por esse motivo, algumas empresas estão buscando modificar a filosofia de satisfação das necessidades do consumidor, tendo em vista uma condição melhor de vida para a sociedade, buscando, para isso, resolver problemas ambientais (SILVA, 2017).

O autor ainda destaca que quando se fala em qualidade de meio ambiente, tem que ter em conta assuntos como a proteção dos consumidores e o desenvolvimento sustentável. Visando assegurar a sustentabilidade, as empresas procuram implementar mecanismos de gestão ambiental.

Portanto, as organizações vêm procurando aperfeiçoar a qualidade ambiental de suas atividades e assim agregar valor a imagem da empresa. Nesse seguimento, a contabilidade, nos últimos anos do século passado, foi atingida de modo direto por modificações de base. O histórico objeto desta ciência, isto é, a riqueza das células sociais passou, instintivamente, por uma ampliação indagativa (SANTOS, 2017).

Quebrou-se a barreira do ambiente interno das empresas e instituições e começou a procurar conexões com fatos de maior amplitude. Semelhante rompimento, contudo, requereu alterações de métodos científicos e de óticas de observação para que conseguisse, até mesmo, usar logicamente os progressos e responder com máxima conveniência às novas obrigações das empresas e instituições.

De acordo com Gonçalves e Heliodoro (2005, p. 81), a contabilidade não pode ignorar os problemas ambientais, uma vez que a mesma é o elo existente entre as empresas e a comunidade. A contabilidade provoca a curiosidade em assuntos ambientais ao amparar as empresas a orientar a variável ambiental, não fazendo somente parte da legislação, mas também por motivos de conscientização ecológica.

A apreensão com as questões ambientais não faz mais parte de um grupo reservado de ecologistas, ocorre que, há algum tempo essa barreira foi ultrapassada e atualmente quase toda a humanidade entende a importância da crise ambiental, conseqüente não de atitudes irresponsáveis de alguns, mas sim do reflexo de um modelo de desenvolvimento (ZANLUCA, 2017).

A contabilidade também necessitou se moldar, apresentando as medidas usadas e os resultados atingidos pela empresa no processo de proteção e preservação do meio ambiente, sendo que a mesma é responsável pelas informações à sociedade (FRANCO, 2017).

Assim sendo, a empresa que evidenciar que está desenvolvida em condições de utilização de procedimentos ambientalmente pacificadores ou quanto ao uso de métodos produtivos sustentáveis conseguirá obter vantagens adicionais.

4.1 HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

Observa-se que com o passar dos anos foi necessário dar mais ênfase a questão da responsabilidade objetiva referente aos crimes cometidos contra o meio ambiente, afinal era um ponto ainda pouco explorado dentro do contexto do dano causado, ainda mais em um mundo cada vez mais globalizado, e explorado, tornou-se necessário estipular sanções para coibir a má utilização dos recursos naturais.

Destarte, com a evolução, pode-se traçar um paralelo, dividindo cada período e acontecimento que fez o direito ambiental tomar tal rumo no Brasil e no mundo, nada que possua marcos corretamente delineado, podendo existir elementos de um período cronologicamente relacionado à outra fase (SILVA, 2009).

Nos dizeres de José Afonso da Silva:

[...] A consciência ambientalista propiciou o surgimento e o desenvolvimento de uma legislação ambiental em todos os países, “variada, dispersa e frequentemente confusa”- consoante observa Ramón Martín Mateo, que acrescenta: “Em realidade, podemos detectar três tipos de normas: umas que constituem simples prolongamento ou adaptação das circunstâncias atuais de legislação sanitária ou higienista do século passado e da que, também em épocas anteriores, protegia a paisagem, a fauna e a flora; outras de cunho moderno e de base ecológica, ainda que de dimensão setorial, para o ar, a água, o ruído etc.; e outras, por fim, mais ambiciosas e que intentam inter-relacionar os fatores em jogo, recolhendo numa normatividade única todas as regras relativas ao ambiente (SILVA, 2009, p. 34).

Geraldo Ferreira Lanfredi relata que:

[...] Em função da propriedade privada, chegou-se à tutela jurídica ambiental, cuja proteção visava, por exemplo, a resguardar a água ou alocar os depósitos de lixo, tendo em vista interesses de vizinhos e não, de forma prioritária, a preocupação com o meio ambiente em geral (LANFREDI, 2006, p. 16-17).

A Legislação Ambiental brasileira passou por um período de evolução fragmentada em três fases. A primeira seria o período do descobrimento até a década de 30 (trinta) conhecida como fase de exploração desregrada, onde não existia preocupação com desmatamento, restando apenas alguns dispositivos que protegiam determinados recursos ambientais. Neste mesmo período Colonial as leis de Portugal passavam por um momento de evolução, o que refletia no Brasil, vigorando as Ordenações Afonsinas (promulgados no reinado de Dom Afonso V), onde se podem encontrar preocupações com o meio ambiente, a exemplo disso surge um dispositivo que passa a qualificar crime de injúria ao Rei o corte de árvores frutíferas (LANFREDI, 2006).

Outro marco foi a Lei nº 9.605/98 (Crimes ambientais) responsável em punir criminalmente e de forma administrativa condutas lesivas ao meio ambiente, concluindo assim a fase Holística, que viria a ser o único período dentro do ordenamento jurídico brasileiro onde o legislador passou a ter consciência do bem a ser preservado.

4.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As empresas são atuantes que tem influência em relação aos recursos humanos, a civilização e o meio ambiente. Em razão disto, as entidades possuem inserida a Contabilidade Social, como parte da Contabilidade que engloba questões sociais, como por exemplo, de recursos humanos, do meio ambiente e de natureza ética, contribuindo para a fortificação desses campos.

A Contabilidade Social nasce da necessidade da empresa de produzir conhecimentos para definir as decisões relativas à administração ambiental, conseguindo calcular o abalo da entidade. É um comprometimento voltado para o progresso social e incluem os acionistas, empregados, usuários, população, meio ambiente e outros (ZANLUCA, 2017).

De acordo com De Luca:

A contabilidade, numa visão social, está vinculada à responsabilidade social da empresa (...) com o objetivo de fornecer informações para permitir a seus usuários uma avaliação dos efeitos das atividades da empresa sobre a sociedade onde ela está inserida. Para o Instituto Ethos, "responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social" (DE LUCA, 1998, p. 21).

É possível garantir que uma empresa é socialmente encarregada no momento em que vai além da responsabilidade de obedecer às leis e pagar tributos. Ela exerce isso por entender que consistirá numa empresa excelente e ficará colaborando para uma coletividade mais justa.

A empresa encarregada reflete nos resultados que qualquer uma de suas atuações é capaz de ocasionar ao meio ambiente e a todos os seus usufrutuários internos e externos. Possuir obrigação social e ambiental é possuir consideração nos convívios com os empregados, contribuintes, abastecedores, associados usuários, credores, acionistas, competidores, sociedade, Governo e meio ambiente. Ela precisa escutar os gostos desses diversos lugares e integrá-los ao projeto de seus procedimentos, procurando acatar as exigências de todos, não apenas dos contribuintes ou proprietários (ZANLUCA, 2017).

A responsabilidade social faz com que as empresas reconheçam uma nova postura, na qual as funções econômicas e financeiras acabam por se fixar no nível igual da função ética e social, e faz aparecer também o conceito de desenvolvimento sustentável da sociedade. A empresa tem que evitar os abalos criados por suas atividades.

As organizações já encontrarem-se dando um passo à frente nas ações voluntárias pela precaução com a natureza, criando ações de treinamento a respeito da prática da responsabilidade social e ambiental para colaboradores, gerando campanhas internas do entorno imediato da empresa, contribuindo com projetos e programas de educação ambiental reproduzido para a comunidade em geral.

4.3 GESTÕES AMBIENTAL

O desenvolvimento econômico e o aumento constante da população estão continuamente prejudicado o ambiente, o que vem induzindo empresas a encontrar novidades nos campos de atividades ligadas à produção de itens que preservam a ecologia.

Assim, empresas que resguardam o meio ambiente são muito bem vistas pelo consumidor e também por investidores, já existindo, em determinados países, fundos particularizados em investir nas empresas que protegem o meio ambiente. Esses fundos têm de forma grandiosa crescido cada vez mais e exposto resultado de rentabilidade, já que as empresas se tornam mais lucrativas (FRANCO, 2017).

A grande preocupação com o meio ambiente vem transtornando de forma intensa o jeito de se administrar, conforme explica Barbieri:

As metas de produção e vendas, as empresas estão incorporando procedimentos para redução de emissão de afluentes, reciclagem de materiais, atendimento a situações de emergência e até mesmo análises do ciclo de vida dos produtos e de seu impacto sobre a natureza (BARBIERI, 2000, p.3).

Em sua inclusão quanto ao contexto ambiental, para que as organizações analisem este conceito, elas necessitam incorporar no seu planejamento tático

e funcional um apropriado programa de gestão ambiental, compatibilizando as finalidades ambientais com os outros objetivos da organização.

Dessa forma, esses programas de gestão ambiental constituem atividades a serem desenvolvidas, a continuação entre elas, como também quem são os responsáveis pela sua efetivação. Frequentemente precisam compreender os aspectos ambientais que são mais importantes e procurar uma melhoria ininterrupta, aumentando sua finalidade de desempenho com o passar do tempo. As empresas, devem ter dinamismo e flexibilidade aceitáveis para se ajustar a alterações que podem acontecer tanto no seu ambiente imediato quanto no seu ambiente futuro (DONAIRE, 1999).

A gestão ambiental neste sentido, tem se configurado como sendo uma das mais importantes atividades ligadas com qualquer empreendimento. O doutrinador mostra que de modo geral, a administração ambiental pode ser bem-conceituado como a relação de sistemas e programas organizacionais, que aceitem:

- a) o controle e a redução dos impactos no meio ambiente, devido às operações ou produtos;
 - b) o cumprimento de leis e normas ambientais;
 - c) o desenvolvimento e uso de tecnologias apropriadas para minimizar ou eliminar resíduos industriais;
 - d) o monitoramento e avaliação dos processos e parâmetros ambientais;
 - e) a eliminação ou redução dos riscos ao meio ambiente e ao homem;
 - f) a utilização de tecnologias limpas (Clean Technologies), visando minimizar os gastos de energia e materiais;
 - g) a melhoria do relacionamento entre a comunidade e o governo;
 - h) a antecipação de questões ambientais que possam causar problemas ao meio ambiente e, particularmente, à saúde humana.
- (ANTONIUS, 1999, p. 30).

Outro modelo característico é a reciclagem de materiais, que do mesmo modo apresenta benefícios, em muitos casos. A segunda maneira para esclarecer esse acontecimento é a diminuição de riscos de poluição, que poderiam danificar as empresas futuramente. Se todas as empresas atenderem a programas de antipoluição, elas eliminarão a necessidade de passar por riscos futuros. Sabe-se, que acionistas e investidores dão prioridade a empresas sem riscos futuros.

Assim sendo, a necessidade de se preservar o meio ambiente deixou de ser somente uma preocupação avulsa de grupos ambientalistas e de organizações não-governamentais. A sociedade já sabe e tomou consciência de que a sobrevivência de todos nós depende da preservação do meio ambiente.

4.4 SISTEMA DA GESTÃO AMBIENTAL (SGA)

O sistema de gestão ambiental pode ser conceituado como sendo um conjunto de métodos para administrar ou conduzir uma organização, de forma a conseguir o melhor relacionamento para com o meio ambiente.

É possível notar, que funcionam por meio de críticas periódicas transformando o sistema, assim, caso não esteja funcionando de forma suficiente, procuram a adoção de novas medidas e buscam consecutivamente melhorias (MAIMON, 1996).

Quanto aos benefícios da empresa, que em termos organizacionais, os padrões ligados ao meio ambiente passam a ser levados em conta no plano estratégico, no processo bem-sucedido, na classificação e disposição final do produto.

Existe uma modificação comportamental em todos os graus da empresa e uma legalidade da responsabilidade ambiental. Estes sistemas, por demarcação, sistematizam todas as fases e processos envolvidos com a ampliação das atividades corporativas, desde o acordo de recursos humanos até a repartição dos bens e produtos desejados (QUEIROZ, 2000).

Segundo explana Queiroz:

Implementar processos de gestão possibilita ainda, controlar o rendimento e a adequação de recursos humanos e materiais aos processos de trabalho internos, e disponibilizar informações aos setores envolvidos – fornecedores, clientes, investidores, de forma mais ágil, transparente e livre de vícios. Apesar de demandarem determinados custos e investimentos, trazem um rápido retorno às empresas, tanto pela economia obtida pela racionalização, quanto pela otimização de níveis de eficiência agregados aos bens e serviços (QUEIROZ, 2000, p. 79).

Para que seja constituído um Sistema de Gestão Ambiental precisarão ser apresentados todos os pontos apropriados às atividades, produtos e serviços das organizações e os choques expressivos que poderão gerar no meio ambiente.

Assim, a implantação do Sistema de Gestão Ambiental se dá em cinco etapas contínuas e sucessivas, como mostra o autor Maimon (1996, p. 72) são elas: as Política Ambiental da organização; Planejamento; Implementação e Operação; Monitoramento e Ações Corretivas; e Revisões no gerenciamento.

Desta forma, todas essas etapas procuram o progresso consecutivo, ou seja, um ciclo eficaz no qual está se reavaliando de maneira permanente o sistema de gestão e buscando a melhor relação cabível com o meio ambiente.

4.5 CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS

Os custos e as despesas ambientais são gastos sobrepostos de forma direta ou indiretamente no sistema de gestão ambiental do método produtivo e em atividades ecológicas da empresa. Quando são aplicados de forma diretamente na produção, estes gastos são considerados como custos, e se caso foram aplicados de forma indireta são chamados de despesas.

Esses custos representam todo o comprometimento, todo o empenho direta ou indiretamente ligado a qualquer gasto, independentemente de desembolso, referente a bens e a também serviços que buscam, excepcionalmente e unicamente, a preservação do meio ambiente (RIBEIRO, 2017).

Ainda nos dias de hoje, este é um tema de difícil conceituação, pois a literatura não oferece uma definição clara e objetiva do que se avalia como sendo um custo ambiental.

Aos olhos do autor Ribeiro:

“Os custos ambientais são representados pela somatória de todos os custos dos recursos utilizados pelas atividades desenvolvidas com o propósito de controle, preservação e recuperação ambiental, em que as atividades serão aquelas objetivamente identificáveis como

relacionadas ao controle, preservação e recuperação do meio ambiente” (RIBEIRO, 1998, p. 23).

Nas despesas ambientais pode haver gastos respectivos a mão-de-obra e insumos na definição de políticas e sustentação de programas e políticas ambientais, na estocagem dos insumos usados no controle ambiental, na capacitação específica para a proteção ambiental e na auditoria ambiental, entre outros.

Rocha e Santos explicam que:

”os custos ambientais são gastos realizados pela empresa para reduzir ou eliminar os efeitos negativos do seu sistema operacional sobre o meio ecológico. Os investimentos nestas áreas têm recebido ênfase expressiva, necessitando, portanto, de ser incluídos nas estratégias da gestão econômica das empresas (ROCHA E SANTOS, 2017, p. 42).

Assim, quando a gestão da empresa, ao produzir seus produtos, confirmar preocupação com o consumo de recursos naturais por meio da opção de medidas de proteção ambiental, acrescenta a confiabilidade e imagem em suas atividades, reduzindo a probabilidade da empresa expor passivos contingentes ambientais (ZANLUCA, 2017).

O passivo contingente pode causar a constante exposição ao risco da transmissão não planejada de poluentes, o que irá gerar a obrigação de reparação ou recuperação por danos causados a terceiros ou ao meio ambiente (FRANCO, 2017).

Deste modo, os custos e despesas propostos à preservação ambiental acontecem em união com o processo bem-sucedido e/ou em implicação deste. Logo, precisam ser destacados em grupos exclusivos da comprovação de resultado do exercício e estabelecer-se de custos de insumos e de mão-de-obra indispensáveis à assistência, preservação e recuperação do meio ambiente, bem como da diminuição dos gastos acumulados, além das contribuições de preservação ou multas atribuídas pelas legislações ambientais (DE LUCA, 1998).

A empresa que assume seus encargos ambientais precisará reduzir seu risco financeiro futuro consequente de acidentes ambientais. Juntamente, essa

empresa precisará saldar menores prêmios de seguro em resultado de um risco inferior. Um percentual de risco ambiental pequeno ainda é capaz garantir à empresa taxas de juros mais baixas na obtenção de recursos (ZANLUCA, 2017).

5 BENEFÍCIOS GERADOS PELA CONTABILIDADE AMBIENTAL PARA AS ORGANIZAÇÕES

Constantemente são realizadas melhorias com a ideia de preservar o meio ambiente e diminuir, precaver ou conter as consequências da poluição e em decorrência encontra-se uma disposição das empresas em abrir para a sociedade uma ampla parcela de informações a respeito de uma política ambiental, seus projetos e benefícios gerados pela contabilidade ambiental e a consequência de sua prática ambiental em sua atividade econômica e financeira (FRANCO, 2017).

A contabilidade ambiental tem o mesmo significado de registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e responsabilidades ambientais) de certa sociedade, e suas relativas alterações evidentes. Sua finalidade é oferecer conhecimentos estáveis aos utilizadores internos e externos a respeito dos acontecimentos ambientais que ocasionaram mudanças na condição patrimonial da referente entidade, calculado em moeda (FRANCO, 2017).

Há o entendimento de que a execução da contabilidade ambiental não é benéfica apenas para os homens de negócios, como também de que se necessita acrescentar cada vez mais o seu uso por pedido da legislação, dos investidores, dos bancos, da sociedade em geral e, em nova avaliação, do procedimento de concorrência global (ZANLUCA, 2017).

Encontrando-se a Contabilidade como um fantástico meio de reconhecimento, registro, acúmulo, avaliação, esclarecimento e conhecimento das operações empresariais aos afiliados, acionistas e investidores em geral, além dos gerenciadores, de modo óbvio, ela se caracteriza, a mais correta estrutura de gestão acessível ao empresariado, da qual os resultados acumulados podem ser voltados à coletividade, com eventual facilidade, por meio da presença de balanços mais profundos, que incorporem, em sua corporação, as soluções as indagações sociais.

Rebollo (2001; p.15) focaliza que “o meio ambiente e a gestão ambiental são

variáveis que estão se destacando presentemente no meio empresarial”. Deste modo, necessita preocupar-se com o novo padrão de manifestação dos aparecimentos contábeis, que objetiva, não somente a publicação e exposição da posição patrimonial e financeira da empresa, como também a apreensão da empresa com o tema socioambiental.

Compete, à contabilidade ambiental ser encarregado por todas as manifestações essenciais para auxiliarem como instrumentos e contribuições para tomarem as decisões das instituições empresariais e atendendo a todos que tem preocupação com a mesma (KRAEMER, 2017).

A prática da contabilidade ambiental, além disso, fornece um marketing bem consistente e respeitável, as táticas de marketing ecológico, abraçadas pela maior parte das empresas, desejam o progresso de aparência tanto da empresa assim como de suas mercadorias, através da fabricação de novas mercadorias verdes e de obras focalizadas a preservação ambiental.

As práticas de caráter ambiental vieram a ser mercadologicamente programados por motivo essencial induzem principalmente o prosseguimento da empresa, em consequência do relevante resultado que desempenham em relação à consequência e a condição econômico-financeira. Isso em razão de que seus efeitos são capazes de resultar na retirada desta do mercado, substancialmente em função: da diminuição de consumidores, para competidores que ofereçam mercadorias e métodos ambientalmente saudáveis; da redução de investidores capacitados, que permaneçam atentados com o assunto ecológico global e com a segurança de resultado de seus investimentos; de reservas creditícias no comércio financeiro, hoje, comprimido pelas coobrigações ambientais; ou de repreensões governamentais de caráter definitivo, como determinação de conclusão das práticas, ou multas de valores relevantes e de amplo efeito na movimentação de caixa das empresas (KRAEMER, 2017).

Assim, os gestores precisam reconhecer e determinar gastos ambientais de modo que as medidas de investimentos sejam fundamentadas em gastos e vantagens devidamente adequados. Atualmente, a dificuldade para a

contabilidade encontra-se na variação de modelo, para um padrão contábil ambiental, uma contabilidade adaptada e competitiva que entenda processos econômicos, processos operativos e processos ambientais

A contabilidade ambiental é indispensável como sistema de informações a serviço da administração, que com alterações adotará seu espaço social e apresentará aptidão de identificar e equacionar as questões ambientais. Fica claro que a contabilidade ambiental é um instrumento de muita importância para as empresas que almejam ter seu papel ambiental muito bem definido e efetivo (ZANLUCA, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade Ambiental se responsabiliza por vários significados e usos, porém este estudo referiu-se a Contabilidade Ambiental das empresas e sua ligação com o meio ambiente. É muito importante destacar que não se refere a uma nova Ciência Contábil, mas sim de um novo segmento da contabilidade financeira tradicional.

Nota-se que é comum entre os pesquisadores, salientando que a utilização da contabilidade é de grande importância para o meio ambiente, especialmente com a possibilidade, caso obtenha, de incentivar via divulgação de suas informações, a consciência de que o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente têm que andar juntas.

Contudo, existe uma sequência de obstáculos para que a contabilidade consiga chegar a essa finalidade. No mundo, a circunstância não é muito distinta do Brasil, isto é, existe uma grande vontade de que a contabilidade seja o alicerce essencial de informações da interferência econômica das empresas, de modo consequente das nações, na questão ambiental (ZANLUCA, 2017).

Nota-se, todavia, que tudo ainda é muito inicial e prossegue no berço acadêmico, porque, na prática, as melhorias ainda são tímidas. Existe muitas leis, institutos e tentativas usadas para conduzir as informações contábeis ambientais, como o Relatório de Administração, apesar disso é um documento que fica quase que limitado às empresas de capital aberto (FRANCO, 2017).

O paradigma da não evidenciação das informações contábeis que tem relação com o meio ambiente tem que ser superado, porque a maior parte das empresas, de um jeito ou de outro, estão empregando recursos determinados a diminuir as violências contra meio ambiente (FRANCO, 2017).

Nesta situação, as áreas contábeis podem e devem dedicar-se as suas atuais ferramentas de informação para que melhor pensem no real valor do patrimônio das empresas, suas execuções e, ao mesmo tempo, agradem as necessidades de seus usuários, até mesmo sob o aspecto ambiental. Todas ou

praticamente todas as opções apresentadas para o controle da variável ambiental, mesmo com dificuldades, podem ser apreciáveis e, dessa forma, passíveis de contabilização e de criar informações que possibilitem tomar decisões confirmativas do ponto de vista empresarial e do bem-estar da sociedade, principalmente no que se refere a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ANTONIUS, P A J. **A exploração dos recursos naturais face à sustentabilidade e gestão ambiental: uma reflexão teórico-conceitual.** Belém – PA: NAEA, 1999.

ARAUJO, Olímpio Jr. **O que é Contabilidade Ambiental?** Disponível em: <www.ecoterrabrasil.com.br> Acesso em 15 mai. 2017.

BARBIERI, José C. **Empresa e Ambiente.** Revista Exame, Encarte Especial, 2000.

BERGAMINI, JR. S. **Contabilidade e riscos Ambientais.** Revista do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro – RJ. n. 11, 1999.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado:** do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade.** Disponível em: <http://www.contabilidade.inf.br/o_que_e_a_contabilidade.asp>. Acesso em: 15 maio. 2017.

GONÇALVES, S.S.; HELIODORO, P. A. **A contabilidade ambiental como um novo paradigma.** Revista Universo Contábil, ISSN 1909-3337, Blumenau, v. 1, n. 3. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KRAEMER, Maria Elisabeth P. **Contabilidade Ambiental como sistema de informações.** 2005. Disponível em: <www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>. Acesso em 29 mai. 2017.

_____. **Contabilidade ambiental:** o passaporte para a competitividade. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/Canais4/fin/concompetitividad.htm>>. Acesso em: 7 out. 2017.

LANFREDI, Geraldo Ferreira, **Novos Rumos do Direito Ambiental, nas áreas civis e penais,** Millenium, SP: 2006.

MAIMON, Dália. **Passaporte Verde Gestão ambiental e competitividade.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. Para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

QUEIROZ, Eliseu Silveira. **A contabilidade como um instrumento de gestão ambiental e empresarial, e sua contribuição à melhoria da qualidade de vida planetária**. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ: ano III, nº 09, 2000.

REBOLLO, M.G. **A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, nº 104. 2001.

RIBEIRO, M. S. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 1998. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/ttd-04102007-142546/pt-br.php>>. Acesso em: 04/07/2017.

RIBEIRO, Maisa de Souza, MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. Boletim nº 415 da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, 1998.

ROCHA Alexandre. & SANTOS, A. R. P.; **Contabilidade Ambiental: Uma Contribuição da Ciência Contábil à Sustentabilidade da Gestão Ambiental**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br>>. Acesso em: 02/07/2017.

SANTOS, A. R. P.; ROCHA Alexandre. **Contabilidade Ambiental: Uma Contribuição da Ciência Contábil à Sustentabilidade da Gestão Ambiental**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SANTOS, A. R. P.; ROCHA Alexandre. **Contabilidade Ambiental: Uma Contribuição da Ciência Contábil à Sustentabilidade da Gestão Ambiental**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br>>. Acesso em: 7 out. 2017.

SILVA, Alessandra Aparecida da Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/CC35214441800.pdf>> Acesso em 27 ago. 2017.

SILVA, Jose Afonso, **Direito ambiental constitucional**, Malheiros, São Paulo: 2009.

SUCUPIRA, J. **Ética nas empresas e balanço social**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

ZANLUCA, J.C.. **O que é Contabilidade Ambiental**. Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>
> . Acesso em: 28 mai. 2017.